

Pauta: Situação da ocupação Terra à Vista na Lomba do Pinheiro

PRESIDENTE KAREN SANTOS (PSOL): (10h24min) Estão abertos os trabalhos da presente reunião da Comissão de Urbanização, Transportes e Habitação – CUTHAB. Bom dia a todos e todas. Estou bem faceira, bem feliz de ver, nesse dia chuvoso, meus irmãos de santo aí, presentes! Vamos iniciar nossa reunião que hoje vai tratar da situação da ocupação Terra à Vista, na Lomba do Pinheiro. Primeiramente quero agradecer toda mobilização da comunidade para estar aqui presente nessa reunião nesse dia chuvoso; é bem importante vocês estarem ocupando esse espaço, reivindicando o direito à moradia, à dignidade que muitas vezes é negada por parte do Estado, então isso é uma batalha, é uma luta, isso daqui é o momento da luta de vocês. Vamos conseguir fazer um bom trabalho no sentido da escuta, no registro nas atas, nas notas taquigráficas, e depois tudo isso é instrumento para a gente seguir pressionando o governo municipal e o Estado buscando garantir um bom processo, uma boa condução para a regularização da área, que eu acho que é o que todo mundo quer. O proponente dessa reunião é o Ver. Roberto Robaina, que está aqui presente conosco na Casa – quero te convidar, Roberto, para compor a Mesa conosco –, e os vereadores dessa comissão vão chegando ao longo da reunião, então não se preocupem, vão passar por aqui outros políticos, mas é isso, normalmente quem propõe a pauta é aquele e aquela que está mais interessado, e aquele e aquela que acaba permanecendo aqui do início ao fim. Falei agora de manhã com o André Machado, secretário de habitação, e ele está, junto com a principal assessoria dele, a Danuzi, dando conta dessa situação que a gente está vivenciando na cidade, mas ele colocou o José Célio, que é um dos responsáveis pelo cooperativismo dentro do Departamento de Habitação para estar aqui junto nessa ouvidoria, absorvendo essas questões que vocês vão nos trazer do histórico da área, do histórico da ocupação, de em que pé está a constituição da cooperativa, para que, juntos, a gente pense os próximos passos. Então quero te convidar, José Célio, para estar comigo na Mesa, compondo esse espaço; quero também convidar o Airton Padilha, que é advogado do proprietário – não sei se ele já está presente; e a liderança da ocupação que não está aqui na lista

dos convocados, mas o presidente da ocupação acho que seria importante. Rafael, seja bem-vindo. É praxe nessa Comissão a gente passar de imediato para quem está propondo a pauta, e o Ver. Roberto Robaina vai fazer uma explanação aqui para os servidores da Casa, para quem está compondo a Mesa, de como está a situação, depois a gente vai ouvir aí os relatos tanto das lideranças quanto da assessoria jurídica para a gente ter mais dimensão de como anda esse processo de regularização da área, de luta pela área, e aí depois a gente pensa, juntos, os encaminhamentos. O teto da nossa reunião é, normalmente, meio dia. Óbvio, se precisar passar, a gente passa, mas vamos tentar trabalhar com esse teto de meio dia, porque eu acho que todo mundo aqui tem que trabalhar de tarde também. As inscrições depois façam com Shin Nishimura, assessoria aqui da nossa comissão, companheiro nosso aqui dessa reunião, e aí a gente faz uma boa condução coletiva dos trabalhos. Com a palavra o Ver. Roberto Robaina.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Obrigado, Ver.^a Karen pela acolhida da proposta. Uma satisfação poder encontrar todos e todas aqui. Eu quero parabenizar a organização da Cooperativa Terra à Vista e do movimento de ocupação que está ocorrendo na Lomba do Pinheiro. O fato de que num dia como hoje, com essa chuva torrencial, sistemática, enchentes, nós tenhamos tantas pessoas aqui nessa reunião da comissão, mostra a força que tem o movimento de vocês, então eu quero parabenizar, pois vocês fizeram um enorme esforço para estar aqui, é algo pouco comum que a Câmara dos Vereadores tenha tanta gente do povo, infelizmente essa é a realidade e eu estou muito contente que vocês estejam aqui. Hoje nós estamos inclusive, por sorte, tendo a participação ao vivo pela TVCâmara, pelo canal da TVCâmara. Eu até gostaria que o pessoal da TVCâmara filmasse para as pessoas verem a quantidade de pessoas que tem aqui hoje. Infelizmente, Ver.^a Karen, eu acho que... Eu vi a representação do DEMHAB, mas eu gostaria muito que o André Machado, que o nosso secretário estivesse aqui, muito, porque nós estávamos até ontem, às 23 horas, numa situação dramática, porque até às 23 horas de ontem tinha uma

ordem de despejo. Então nós estamos falando de uma área que é uma área em que nós hoje temos cerca de 100 famílias que estão lá cadastradas, que estão lá tratando de construir a sua moradia, tratando de ter dignidade para poder viver, uma área em que a terra não tinha nenhuma função social, estava abandonada, e que eu saiba, o proprietário tem dívida do IPTU que não tem sido cobrada, cerca de R\$ 500 mil em dívida do IPTU, e as pessoas ocuparam, porque o que nós temos visto no Brasil é que a ocupação tem sido o método mais eficaz de garantir um direito constitucional, uma vida digna. A moradia está na Constituição, e a terra é preciso cumprir função social. A terra tem que cumprir função social e essa terra não está cumprindo função social. Aliás, agora está. Essa ordem de despejo foi suspensa. O advogado Patrick estava me informando. Depois o Patrick... Viu, Karen? É muito importante que o Patrick, esse moço que está aqui, possa usar a palavra, porque ele é o advogado que trabalha nessa ocupação. Às 11 horas da noite de ontem, foi suspensa a ordem de despejo para que haja uma negociação. Essa é a razão pela qual eu gostaria que tivesse uma representação maior do governo aqui. Espero que o responsável pelo cooperativismo do governo possa ter essa autoridade, para que a gente inicie, agora mesmo, uma negociação, porque a juíza suspendeu o despejo, demandando que exista uma negociação, e as pessoas que estão aqui fizeram todo esse esforço justamente para negociar. Então, é importante que o Judiciário saiba que as pessoas fizeram esse esforço justamente para negociar, por isso vieram até a Câmara de Vereadores, que é o lugar, por excelência, para ajudar na mediação de negociações, de conflitos, e é isso que nós estamos fazendo hoje. Então, a minha sugestão, Karen, é que a gente possa... Eu não sei, o Ministério Público... Vejam só como são as coisas, isso para as pessoas que estão nos assistindo pela TVCâmara. O Ministério Público foi convidado. Não sei... Ministério Público do Estado. O Cláudio Ari foi o convidado. Cláudio Ari é um representante do Ministério Público, muito competente, muito importante. O Airton Padilha, o advogado do proprietário, que eu saiba, não está presente. O secretário André Machado agora está representado pelo José Celia – é isso, José Celia? –, e a Defensoria Pública do Estado. Enfim, essas pessoas não

vieram, e vocês vieram aqui nesta atividade. Então, eu acho que o importante, nesse caso, é justamente marcar a disposição dos moradores de negociar. Vocês terem vindo aqui mostrou muito essa disposição e terem vindo em um número tão expressivo – nós vamos divulgar; felizmente está sendo transmitido pela TVCâmara –, vai mostrar, para todas as instituições, a disposição de vocês de negociar, e também a força de vocês para lutar, para se organizar, porque sem organização e sem luta... Eu tenho muito tempo na política e tenho experiência suficiente para dizer que, sem organização e sem luta, não tem negociação exitosa. Então, vocês estão de parabéns por terem feito essa organização e por estarem aqui hoje. Eu sugiro que a gente possa começar aí. O Rafael pode nos dizer se pode ser o próprio Rafael, o Patrick... Nós temos o Igor. Vocês poderiam organizar, Rafael, para que a gente possa transmitir para a TVCâmara, deixar registrados aqui nas atas da CUTHAB, levar para o Judiciário todas as demandas e os problemas que vocês estão enfrentando, e a disposição que vocês têm para dar um bom encaminhamento a essa questão? Então, eu acho que vocês poderiam decidir como vocês preferem começar: se com a tua fala, a fala do Patrick. Vocês escolhem como a gente pode dar início a esta reunião, e depois o representante do governo pode falar, para que a gente possa encaminhar a reunião, afirmando claramente essa disposição de negociação e como a CUTHAB tem sido o lugar para fazer essa mediação. Rafael, como vocês querem?

SR. RAFAEL CUTI CABRAL: Eu posso iniciar... (Inaudível.)

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Então, vamos lá. Vou deixar, Karen.

PRESIDENTE KAREN SANTOS (PSOL): Patrick, por gentileza, advogado da cooperativa, te convido para compor a mesa. Sempre quando forem falar, para a gente ter esses registros nas atas, que é um material importante depois para acionar a justiça, e a gente ter o registro de todas as intervenções, se apresentem

com nome, entidade, rua, bloco, enfim, que estão representando, que daí ajuda as nossas notas taquigráficas, as nossas taquígrafas a fazerem depois um bom registro da reunião. Por gentileza.

SR. RAFAEL CUTI CABRAL: Bom dia, pessoal. Primeiramente, eu quero agradecer a presença de todos e agradecer a Ver.^a Karen, presidente da mesa; Robaina; José Celia também, do cooperativismo, e agradecer pela oportunidade desta reunião aqui, na CUTHAB, que é um espaço que a gente vê que é um lugar democrático, que a nossa... Eu sou presidente da cooperativa Terra à Vista, e a nossa luta é por moradia. Todos que estão aqui não estão porque não têm nada para fazer; estão aqui lutando por uma moradia digna, em um local que a gente viu que não estava sendo usado, não estava sendo ocupado, e a gente formou a cooperativa. Nós estamos lá desde do dia 7, no início do mês de julho, e nós temos as nossas debilidades, mas nós acreditamos que, com a união de todos nós, a gente vai conseguir vencer essa luta. Eu queria, primeiramente, colocar.... Eu fiz um resumo do que tem acontecido ali, o que tem passado, para todos verem. Nós viemos aqui, primeiramente, na comissão, representando essas 101 famílias inscritas já, pessoas que estão lá morando, que estão com as crianças no colégio, já estão cadastradas em creche ao redor da cooperativa. Eles estão morando e já estão com seus filhos nos colégios, matriculados e estão tocando a sua vida. E a gente a gente vê tanta situação de abandono do poder público, das autoridades, com as pessoas que mais precisam, com as pessoas que realmente não são vistas, somente em lugares que passa um ônibus, lotação, pessoas que, às vezes, têm meios de se locomover, e nós, daquela localização ali, que precisamos mais, não mais do que os outros, mas queremos a igualdade a todos. Então a gente já vê no rosto das pessoas que estão lá morando, as pessoas que estão já nas suas casas, que estão terminando de construir as suas casas, a gente vê um semblante de felicidade de poder ter um teto para sua família, de poder ter uma casa onde poder chegar e dizer: esse local aqui eu estou conquistando. E nós estamos aqui é para negociar com um dos proprietários da área, porque é mais de um proprietário. Então nós estamos

aqui para colocar realmente a nossa situação e todos possam ver. E a gente vê que sai uma autoridade política, entra outra e nada é feito, e nada é feito em prol das pessoas que realmente precisam. E a gente acredita que realmente o pessoal que hoje está aqui nos ouvindo, e sendo televisionado aí, os outros possam ver o que realmente acontece num local onde as pessoas precisam mesmo.

Nós tivemos reunião com o seu Reis, um dos proprietários, e nós tínhamos feito já, vereadora, uma reunião com o advogado do seu Reis, e ali a gente sentou para conversar, para colocar a situação de negociar já a área. Nós já sentamos com o advogado dele e com ele para nós negociarmos a área. Então o momento que nós já tivemos essa primeira reunião com ele estava tudo Ok. Foi logo no início, foi na segunda semana do mês de junho, lá pelo dia 20; nós temos a data exata ali. E a gente sentou com o com o advogado dele e ele pediu para nós: não, nós podemos negociar com vocês. Nós temos tudo registrado isso, temos foto, temos filmagem que ele concordou em negociar com a cooperativa. Então a gente continuou o processo que nós estamos, só que de uma hora para outra ele se fechou, não atendeu tanto os nossos advogados que entraram em contato com eles; ele não quis mais negociar. O que a gente vê é: por que que não pode negociar conosco? A cooperativa, pessoas que realmente precisam para comprar a área, por que não querem negociar com a gente, um local onde existe uma dívida estrondosa, há mais de 10 anos não são pagos os impostos para Prefeitura. Então a gente vê de que forma: há uma discriminação em relação a isso? Porque nós somos pessoas mais pobres, humildes, mas somos trabalhadores, somos pessoas honestas e nós temos como pagar a área. E essa parte a gente vê que eles tencionam muito em fazer negócio com grandes empreiteiras, grandes empresários, pessoas que realmente estão esperando uma área dessas para tomar posse daquilo dali e fazer prédios, fazer grandes construções. Então a gente está aqui realmente para colocar para o pessoal, para que todos possam ver que nós estamos aqui realmente para negociar a área, nós viemos para negociar área. Nós, o nosso arquiteto e engenheiro, já

estamos vendo um projeto para que tenha possibilidade de nós podermos comprar a área.

PRESIDENTE KAREN SANTOS (PSOL): Muito obrigada. Ismael, queres complementar alguma questão?

SR. ISMAEL BLUM SOUZA: Bom dia a todos, me chamo Ismael, como muitos já sabem. Eu acho que hoje a gente veio aqui em prol muito da questão da moradia. Todos que estão aqui, da Cooperativa Terra à Vista, ninguém, há três meses atrás, ninguém tinha uma casa para morar; ninguém poderia falar que hoje tem a sua casinha. Hoje todos que estão aqui têm uma casa, pode visitar um vizinho e falar: não, eu tenho a minha casa, minha casa é a número cinco, minha casa é a número três. Há três meses atrás ninguém tinha isso, muitos moravam de aluguel, muitos moravam de favor, dependiam daquele favor, tinham que aceitar as condições que a pessoa oferecia para ele, e hoje não, hoje todos têm a sua casa conforme conseguem. E o que a gente quer aqui hoje, nessa Mesa, vereadora, é ajuda, a gente vem pedir uma ajuda porque a gente quer negociar, a gente já se propôs a negociar, só que esse proprietário – é um dos proprietários – começou uma negociação e, da noite para o dia, ele resolveu mudar. Ele acertou uma coisa com a gente, está tudo gravado, tudo certo, só que da noite para o dia ele mudou, ele resolveu mudar e acordou, num determinado dia, dizendo que não queria mais negociar e mudou tudo, mudou todo um projeto que a gente tinha. Só que ele esqueceu que ele deve, deve 10 anos ou mais até, e a pior parte que ele acaba esquecendo, que é uma das questões, é que ele vendeu uma dessas áreas irregularmente. Tem mais de 20 famílias ali, é só vocês irem visitar, pegam a rua Ernesto Liscano, vão andando, olhando a sua direita, todas aquelas casas até o final da rua ele que vendeu irregularmente e fazem parte de uma dessas matrículas onde a gente está. Isso para parte da juíza ele não botou, ele esqueceu, ele fez uma vista grossa e fingiu que esqueceu. É por isso que a gente vem aqui, se aquelas famílias podem, por que a gente não? A gente vai pagar também, conforme elas pagaram para ele,

só que a gente vai pagar com as nossas condições, entendeu? É isso. Eu acho que também hoje existe muito uma parte que, quando a gente estava na parte de negociação, a gente foi, está lá dentro, aí começaram a querer nos enxergar; agora nós vamos tirar eles, por que isso? Eu acho que nessa parte está havendo uma desigualdade social, que essa desigualdade social existe, por que o rico pode morar numa avenida e o pobre não? Por que eu não tenho direito de morar na avenida? Eu quero pagar também, entendeu? Eu pago meu imposto e muito dos ricos não pagam, é o exemplo dele. Se eu não pagar o meu imposto, a Prefeitura vai lá e toma, não toma? Por que dele não tomou em 10 anos? É essa a questão, entendeu? E agora a gente quer pagar, quer entrar num acordo, tem um projeto que é com o grupo Mãos, todo elaborado. Gostaria que, se ele pudesse mostrar, seria muito bom para vocês conhecerem, ver como é este projeto para todo mundo que está aqui entender, isso é muito importante. Então eu venho aqui, em nome de todos, junto com Rafael, pedir ajuda, a gente quer uma ajuda, a gente quer um apoio de vocês porque a gente quer a nossa casa, todo mundo quer. A gente está disposto a pagar, a gente quer entrar nisso, só que a gente pede ajuda de todos vocês, se puderem, eu agradeço muito em nome de todos da cooperativa. Muito obrigado.

PRESIDENTE KAREN SANTOS (PSOL): Obrigada, Ismael, pela intervenção. Ismael, tu sugeriu de a gente ter esse projeto e projetar, dá para a gente utilizar aqui da nossa TV e já fazer esse registro também do andar da construção, da regularização pela cooperativa. Passo a palavra para o Sr. Patrick, advogado da cooperativa, para também trazer a sua contribuição.

SR. PATRICK MAYER: Bom dia a todos. Primeiramente, agradecer à Câmara de Vereadores, em nome da Ver.^a Karen e do Ver. Roberto Robaina, por ter oportunizado este espaço de conversa, de diálogo, por ter convidado também o proprietário do imóvel, o advogado a comparecerem abrindo a Câmara como um espaço de diálogo, como um espaço de negociação, oportunizando que todo este conflito possa se resolver de maneira mais dialógica e pacífica possível.

Então, realmente, é muito importante este trabalho da CUTHAB e gostaria de agradecer. Gostaria de agradecer, claro, a todos os moradores da cooperativa Terra à Vista que hoje estão aqui, saíram de suas casas, como o Ver. Roberto falou, embaixo de toda esta chuva que hoje cai em Porto Alegre, uma chuva que, inclusive, gera preocupação para todas, todos e todes que estão envolvidos e trabalham com esta questão de direito à moradia. Realmente, nestes momentos de chuva, enfim, de tempestade é que os problemas de moradia também se revelam, porque as casas acabam sofrendo, as casas com dificuldade, precariedade de acesso, alagamentos, enchentes, todos sabem muito bem o que acontece e as mídias estão aí mostrando isso. Mas vou tentar ser breve, falar rapidinho para dar espaço para o Igor também poder mostrar melhor esta questão dos imóveis.

O que eu queria falar aqui era a respeito da questão jurídica e da questão processual do que está acontecendo. O Ver. Roberto já falou muito bem aqui do direito à moradia que é um direito constitucional, está lá na Constituição, é um direito de todos, todos têm direito à moradia e eu sei que os moradores da ocupação Terra à Vista, da cooperativa Terra à Vista, sabem disso e por isso estão engajados e organizados nesta luta, na luta realmente pela efetivação, pela concretização do direito à moradia e também da função social da propriedade. Está no Estatuto da Cidade e também está na Constituição que, sim, existe o direito à propriedade, mas a propriedade precisa cumprir com uma função social. As pessoas não podem ser proprietárias de imóveis e, simplesmente, abandoná-los, não podem. A propriedade precisa cumprir com uma função social. Bom, então, a gente vê ali uma área enorme que abrange mais de quatro, cinco matrículas talvez, que está abandonada há muitos anos, e a gente teve acesso a provas para demonstrar isso no processo. Então, nós levamos imagens de satélite para mostrar que o imóvel está abandonado sim, o imóvel não está tendo uso. E também outra prova que torna evidente a questão do abandono é a enorme dívida de IPTU que recai sobre os imóveis. A gente fez um levantamento junto à Prefeitura e também na justiça, no site, no sistema da justiça, e encontrou mais de 20 processos de execução fiscal que tramitam

contra o proprietário Orel, de uma dívida que já alcança mais de meio milhão de reais de IPTU. Bom, se os imóveis não estão abandonados com uma dívida desse tamanho... Inclusive, em alguns desses processos, um dos imóveis já foi penhorado, então, lá na matrícula do imóvel, consta que a Prefeitura penhorou aquele imóvel para assegurar o pagamento dessa enorme dívida. Enfim, em que passo estamos no processo? As lideranças aqui da cooperativa falaram que não entenderam o porquê de o proprietário ter, simplesmente, cessado o diálogo e a negociação, mas eu acho que eu entendo por que aconteceu isso. O que aconteceu? O proprietário, há um tempo, há algumas semanas, ingressou com uma ação de reintegração de posse e, enquanto vocês não tinham sido intimados, chamados ao processo, a gente não sabia da existência dessa ação, o proprietário realmente começou um diálogo, uma negociação com vocês, o que aconteceu foi que a justiça concedeu a liminar, deferiu a liminar de reintegração de posse e, naquele momento, o proprietário imediatamente cessou o diálogo e a conversa. Claro, o proprietário, no momento em que teve um aval da justiça – “Realmente, podem retirar, o senhor tem o direito, podem retirar as famílias de lá.” – naquele exato momento, o proprietário se fechou para qualquer negociação. A gente percebe que existe uma disposição do proprietário em negociar, porque realmente a dívida é enorme, e ele não tem como sanar essa dívida, pelo que ele já repassou para vocês e já conversou com a gente, ele não tem como pagar a dívida. O IPTU é muito alto, o custo do IPTU naquela área realmente é muito alto, então, o proprietário não tem como pagar aquela dívida, e ele estava aberto a negociações, mas, no momento em que a justiça recebeu o pedido e imediatamente autorizou a reintegração, ele se fechou para o diálogo. Aí, quando vocês foram intimados, quando o oficial de justiça esteve lá, nós tivemos notícia e ciência do processo e ingressamos imediatamente no processo, dizendo, levantando algumas questões: primeiro, todos os direitos que vocês têm, desde o direito à moradia, a questão da função social que já foi falada, da função social da propriedade. Mas também uma coisa, um procedimento que a justiça tem adotado, principalmente após a pandemia e toda a repercussão que teve da ADPF, que tramitou no Supremo Tribunal Federal, do Despejo Zero

durante a pandemia, a justiça realmente tem adotado um comportamento, um procedimento que é interessante e importante que todos os âmbitos da justiça adotem que é encaminhar o processo para possíveis mediações e negociações junto a uma Comissão de Conflitos Fundiários, que foi criada no Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. Então, no início desse ano, por meio do Ato Normativo nº 001/2023, foi criada, no Rio Grande do Sul, uma comissão do Poder Judiciário justamente para tratar e negociar, enfim, oportunizar um espaço de diálogo entre as pessoas que estão envolvidas num conflito fundiário, como é o caso de vocês. A justiça criou esse espaço de diálogo, de negociação e de mediação, só que muitos juízes ainda fecham os olhos para isso, não sei se propositalmente ou realmente por desconhecimento. Acredito que... Bom, todos sabem, todos foram..., o ato normativo é público, todos os juízes receberam a informação de que essa comissão foi criada, mas esse juízo decidiu por deferir a liminar de reintegração de posse imediatamente, mesmo sem oportunizar esse diálogo e essa negociação que está prevista lá no Ato Normativo nº 001/2023 e na resolução do CNJ também. Deferiu essa medida de reintegração de posse e, imediatamente, o oficial de justiça pediu o apoio da Brigada, porque verificou que eram muitas famílias, realmente, nenhum oficial de justiça vai conseguir conduzir sozinho um despejo tão grande, ele pediu o apoio da Brigada Militar. Hoje à tarde está marcada inclusive uma reunião na Brigada Militar para tratar dessa questão do despejo, mas na semana passada depois que recebemos a notícia dessa possibilidade de despejo, nós ingressamos no processo levando todas as informações, levando essa questão do Ato Normativo nº 01/2023 da Comissão de Conflitos Fundiários, levando a questão do direito à moradia, a questão do direito da função social da propriedade, enfim. O princípio que deve balizar a conduta do Judiciário é a prioridade da negociação e da resolução pacífica. O Judiciário tem que ser o espaço de diálogo, o Judiciário não pode resolver as coisas com violência, é um poder do nosso estado democrático de direito e esse poder não pode agir de maneira violenta, apesar de a gente saber que age muitas vezes. Bom, se existe esse espaço da Comissão de Conflitos Fundiários, então que o processo que trata da cooperativa Terra Vista precisa passar por

essa Comissão de Conflitos Fundiários, e foi isso que nós levamos. E felizmente ontem, assim como o vereador já falou, às 23h, a Justiça suspendeu a medida de reintegração de posse, determinando que o processo seja encaminhado para o Ministério Público da ordem urbanística que trata da questão da habitação, o que é realmente para a gente muito importante e foi um... Sim, até o momento ele não tinha assumido, quem estava conduzindo era um outro promotor que não era especializado nessa área, agora a juíza, depois do nosso pedido, determinou que seja encaminhado para a Promotoria especializada, e o juiz falou também que é preciso viabilizar uma rodada de negociação. Ainda a gente vai ter que discutir essa decisão, para mim ainda está um pouco estranha, porque diz assim: “viabilizar uma rodada de negociação, ainda que seja outra finalidade da reunião que vai se realizar na Brigada Militar”. Bom, a reunião que vai se realizar hoje na Brigada Militar não é um espaço de negociação. O juiz fala isso, mas a gente sabe que a reunião da Brigada Militar hoje é uma reunião preparatória para explicar como vai acontecer o despejo, não é um espaço de negociação. Então essa decisão ainda a gente vai ter que discutir, porque o nosso interesse é que o processo seja encaminhado para a Comissão de Conflitos Fundiários e não que a gente negocie com proprietário na Brigada Militar, esse não é o espaço. Sim, é uma vitória, a gente conseguiu suspender a medida de reintegração de posse, mas é uma vitória que ainda precisamos de muitos apoios, por isso a gente está aqui hoje na Câmara de Vereadores também porque realmente essa decisão foi um passo, mas agora a gente precisa avançar. A gente precisa avançar realmente para que não aconteça um despejo forçado, como o proprietário tem pretendido nessa ação, a gente a gente precisa primeiramente de um espaço de negociação e de possibilidades de acordo e de diálogo, a gente precisa de apoio do poder público para que essa questão se resolva de maneira mais pacífica atendendo aos interesses e aos direitos dessas pessoas que hoje estão morando lá e também aos interesses do proprietário. Então a gente precisa do apoio do poder público e precisamos da colaboração para que o Judiciário cumpra com a lei, primeiro encaminhando esse processo para a Comissão de Conflitos Fundiários, mas também exigindo provas de posse do proprietário,

porque realmente o imóvel estava abandonado. Então a gente levantou essa questão no processo também e a gente entende que, se o proprietário não tem prova de posse anterior, ele não poderia sequer entrar com uma ação de reintegração de posse, porque só ingressa com uma ação de reintegração de posse quem tem posse, e se ele não tem posse, ele não pode entrar com a reintegração. A ação, ao nosso ver, está errada. É engraçado, mas a gente às vezes precisa também, na Justiça, às vezes não, mas sempre, invocar a legalidade, a gente precisa que a lei seja cumprida, e, muitas vezes, a gente percebe que o Judiciário atropela inclusive a lei. Então, não me prolongando, também deixando espaço aqui é para o Igor, para outras pessoas que quiserem se manifestar, mas eu quero agradecer novamente o espaço e a abertura aqui para o diálogo que a Câmara de Vereadores está fazendo e oportunizando, e novamente pedir ajuda e apoio do poder público, desta Câmara de Vereadores, porque muitas coisas vão precisar ser feitas lá para que a gente possa realmente garantir que essas pessoas possam permanecer na área de maneira digna e que os direitos de todos sejam assegurados e garantidos, que as pessoas tenham direito de construir sua morada lá, que a gente possa ter uma boa negociação e avançar nessa negociação com o proprietário, e, que ao final de toda essa luta, a gente consiga comemorar juntos a construção de um grande projeto habitacional que vai abranger e vai abarcar todas as famílias que hoje estão lá neste momento difícil de chuva e nesta apreensão de uma medida de despejo. Contando já com o apoio da Ver.^a Karen, do Ver. Roberto, tenho certeza que a gente vai conseguir avançar nessa questão, nessa luta, e vamos, no final de tudo isso, conseguir comemorar juntos essa vitória, certo? Muito obrigado.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Eu só acho uma questão. Antes de passar para o Igor, que, pelo que eu entendi, vai fazer uma apresentação do projeto habitacional que vocês estão pensando, que a cooperativa está pensando... Tem também o Ezequiel, que é representante, ele e a Jurema, da União Nacional por Moradia Popular, que estão aqui apoiando a luta. Mas eu acho, Karen, que seria importante que... Está aí também o Marcelo Sgarbossa,

vereador da comissão, eu estou de convidado na comissão, então, não conheço todos os membros. O representante do governo se pudesse falar, porque um dos temas que eu vejo que nós teríamos que encaminhar, Karen, aí é óbvio que seria muito útil negociar com o governo, mas fazer nessa área um projeto, e aprovaria facilmente na Câmara, com o apoio do governo, para declarar essa área como área especial de interesse para construção de moradia popular, de habitação popular, porque isso reduz tremendamente o preço da terra. Nós estamos falando de um proprietário que ainda não provou que é proprietário, pelo que o Patrick, advogado, falou, e que deve R\$ 500 mil. Então podemos negociar, ele paga os R\$ 500 mil e fica com a terra. Se ele não paga o que ele deve, ele não pode ficar com a terra, e, se tem gente morando lá, que as pessoas que estão morando lá e ainda estão dispostas a pagar possam pagar e viver dignamente, como manda a Constituição. Eu fico um pouco incomodado que não tenha aqui o secretário André Machado, porque eu sei que o secretário André Machado, depois dele, é o prefeito. Na verdade, um problema como esse, eu gostaria até que o prefeito viesse aqui para ajudar a resolver, porque não é um problema qualquer. Num dia como hoje, tanta gente aqui mostrando que está disposta a negociar, mas também a lutar, e é isso que eu quero deixar claro para vocês. Essa ordem de despejo ter sido suspensa foi uma grande vitória, não foi uma vitória pequena, porque vocês estavam com uma pressão gigantesca, tanto que hoje tinha reunião com a Brigada Militar, e essa reunião está totalmente esvaziada. Ela até pode existir, mas essa reunião não faz nem sentido, para falar a verdade, não tem nem sentido fazer reunião com a Brigada Militar hoje. Mas eu entendo que o Rafael, que é um homem muito disposto a cumprir a lei, vá lá na reunião com a Brigada Militar. Mas vejam só como são as coisas! Esse proprietário deve R\$ 500 mil, e nada aconteceu com ele. O Rafael liderou uma cooperativa e, por um problema lá com a luz, foi lá a Guarda Municipal e prenderam ele, olha a vergonha, prenderam ele. Teve que ir a mãe dele na cadeia para ajudar... Na cadeia, não, ali na delegacia, mas, se deixasse, ia. É assim que tratam, se deixasse, baixava no Presídio Central, o que é um desrespeito gigantesco, se não tivesse a colega do Patrick ali, a Dra. Clarice,

sempre muito ativa e competente. É um escândalo completo. Eu acho que o governo precisa atuar. Eu vou dizer uma coisa para vocês: se tem uma coisa boa em processo eleitoral é que os políticos precisam de voto, isso é muito útil. Quando vocês veem aquelas ideias de ter golpe, de ter mudanças de regime, é por quê? Por que às vezes tem uma parte dos ricos, dos burgueses e dos políticos burgueses que quer dar golpe? Porque aí não precisa de eleição. Se não precisa de eleição, eles podem mandar e desmandar sem nunca ter que passar por algum concurso, porque, quando tem eleição, é o povo que elege. Não vou nem discutir a qualidade dos eleitos, mas, em algum momento, uma vez a cada dois anos, uma vez a cada quatro anos, pelo menos, tem democracia. Não tem muita democracia, mas, uma vez a cada quatro anos, é obrigado a ter democracia, porque as pessoas vão votar. Nós estamos há um ano da eleição municipal, isso eu quero deixar claro para vocês. Vocês, com a força que vocês estão aqui, sigam com essa força, sigam com essa unidade que vocês vão ganhar. Têm que seguir com essa unidade, com essa disposição, vocês vão ganhar. Pelo que eu entendi do despacho da juíza, uma das negociações envolve o procurador Cláudio Ari, que é um procurador muito sensível, muito competente, que conhece a legislação, que luta para aplicar a Constituição. Então, é o tipo de negociação em que um representante do poder público é realmente um representante dos interesses públicos com o Cláudio Ari como procurador. Eu fico muito contente que o despacho tenha determinado essa negociação, e acho que é um bom caminho para que a negociação realmente seja bem-sucedida. O representante do DEMHAB se encontra conosco, com todo o respeito, o André Machado foi meu colega de Luciana de Abreu, então, estou sempre querendo ele presente, já que ele é o secretário. Mas o substituto também tem a nossa consideração e o nosso respeito obviamente, porque o senhor tem muita experiência na área. Não sei se pode falar pelo governo, para que a gente possa...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Veio para ouvir? Ah, ouvir está ouvindo bastante.

PRESIDENTE KAREN SANTOS (PSOL): Eu tenho uma sugestão. Como ele é da área da cooperativa, ele veio aqui para dar continuidade à constituição de cooperativa, só que a gente tem uma área que está em conflito. Área em conflito não dá para seguir com processo de regularização fundiária, porque ainda tem um conflito a ser resolvido. Ao mesmo tempo, vocês já têm um projeto que tem que ser ajustado para conseguir, minimamente, que o governo assine, o Reurb inicie lá na frente, depois que resolver o conflito, a questão da regularização fundiária. Em âmbito de registro, eu acho importante vocês fazerem a apresentação. Em âmbito de registro, acho importante o senhor ouvir, qualificar esse projeto que vai ser apresentado, porque esse é um outro momento da luta. Ao mesmo tempo, enquanto vocês estão aqui debatendo, eu já estou entrando em contato com a Promotoria; estou entrando em contato com o André Machado; estou entrando em contato com o Ministério Público, para a gente, minimamente, sair daqui com alguma reunião. Não acho que seja interessante ir à Brigada Militar hoje à tarde, não acho que tenha que conversar com a Brigada sobre despejo se não tem mais ordem de despejo, não tem o porquê gastar essa energia, esse tempo, guarda essa ficha para quando realmente vir, se vir. Mas acho que daqui, agora, a gente tem que sair com uma reunião com o governo, com o Tesouro presente, com o André Machado presente. Não sei se isso pode ser feito via Cejusc, que daí convoca o proprietário, mas dá para caminhar junto uma mediação política e uma mediação jurídica. Uma pode alimentar a outra, pois daí o Cejusc também pode convocar o Município para fazer essa negociação, porque, se o proprietário se negar, se negar, se negar, aí a gente tem que pensar numa medida judicial para que ele seja convocado a negociar, se for interessante por parte do Município. Não tem por que reintegrar vocês hoje sem ter uma alternativa de moradia, não acho que isso vá acontecer, não acho. Se acontecer, a gente vai resistir, mas, pela experiência que eu tenho, enquanto presidenta de comissão, acompanhando outras reintegrações de posse, a gente

está conseguindo ter um caminho de mediação para ganhar tempo e para garantir essa área que o Roberto colocou, de gravar como área de interesse cultural e social, bah, é o melhor caminho. Mas isso daí é um caminho, por hoje é isto: obrigar o proprietário a negociar, cobrar essa dívida de IPTU, ver se o Município se compromete com essa etapa que estamos. Aqui a gente vai pular três casas para frente, já pensando na questão da regularização, mas, como a gente está aqui, aproveitando que está a TVCâmara, para a gente ter bem esse registro dessa luta, o compromisso de vocês em regularizar, não é grileiro, vocês não são grileiros, não estão ocupando para vender aquela área, como a gente também acompanha aqui, às vezes, na comissão, vocês querem, vocês têm um projeto. Então, isso mostra também um compromisso da cooperativa em querer regularizar, sabe? Por isso que eu acho importante apresentar e a gente usar o que tem de melhor aqui do José Celia, para ele conseguir qualificar essa apresentação e, no final, a gente pensa o encaminhamento. Vamos nos reunir com o André Machado, o André Machado vai lá na comunidade. Eu preciso do documento de vocês colocando a dívida dos R\$ 500 mil, porque daí evita de ter que esperar o Tesouro responder. Se você já tem essa comprovação da dívida do IPTU, já nos manda o processo, porque eu já vou encaminhar para assessoria jurídica da Secretaria de Habitação. E aí quando a gente for reunir de novo, a gente é bem efetivo, não tem interesse do Município em fazer a regularização dessa área? E aí vamos para cima dessa negociação. Podemos trabalhar assim?

Queria dizer que está presente aqui também, além do Ver. Sgarbossa, que é da comissão, a presença do gabinete do Ver. Oliboni e também do deputado Leonel Radde, outros pesos importantes aí nessa batalha. Por gentileza, não esquece de te apresentar e também a organização que tu representas.

SR. IGOR NICOLINI: Bom dia, pessoal, tudo bem? Eu sou lá do Mãos Arquitetura, Terra e Território, nós somos um escritório de arquitetura aqui de Porto Alegre que tem como objetivo principal atender demandas por projetos sociais aqui, na cidade, na Região Metropolitana, principalmente ligados a

movimentos sociais, cooperativas, associações de moradores, enfim, que estão lutando aí pelo direito à moradia, direito à cidade. Então, nós somos chamados pela cooperativa para atender essa demanda deles, justamente reforçando isso que a presidenta falou, que eles estão nessa luta para fazer um loteamento regular, fazer moradia popular naquela área, que é uma demanda que tem na região. Diferentemente do proprietário, eles querem fazer da maneira correta, com regularidade, com regularização fundiária e atendendo a demanda habitacional que tem na área. Então, nós fizemos um estudo bem preliminar do que o Plano Diretor tem de legislação municipal lá para a área, para ver se é possível. E a nossa opinião preliminar é que sim, é possível realizar a moradia popular lá naquela área. Além de ser possível, há uma responsabilidade do Estado e também vai muito ao encontro com o que a Prefeitura tem planejado para aquela área. Então, aqui eu falo um pouco sobre o que tem lá da região, eles estão ocupando essas duas matrículas, que são, se eu não me engano, de dois hectares cada um, mais ou menos. As matrículas pertencem a duas pessoas, uma delas é o Orel, que é quem fez o pedido de reintegração de posse. Parte de uma das matrículas já se encontra ocupada, que ela foi loteada irregularmente, então, o proprietário vendeu parte da matrícula para cerca de 22 famílias que moram ali naquela região. Aqui tem a foto de algumas das casas, que, além da questão da dívida que ele tem com o Município em relação à área...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. IGOR NICOLINI: Eu não vou afirmar isso, mas, sim, ele está relotando irregularmente. Mais de 20 casas existem em uma das matrículas, elas não estão averbadas, nem foi feito um projeto de loteamento. Então, aqui tem algumas fotos dessas casas, são as casas da direita, e como vocês podem ver, já é uma ocupação com um pouco mais de tempo. Então, isso vem acontecendo há bastante tempo. Aqui tem fotos das matrículas, então, duas delas estão com a questão da dívida com o Município, isso está averbado nas matrículas. Em relação ao Plano Diretor, tem duas questões principais, que é importante que

sejam pontuadas: que o Município reservou parte da área, que é essa mancha verde hachurada aqui, é para uma Área de Proteção ao Ambiente Natural, e talvez por isso o proprietário esteja encontrando dificuldades em vender a área, porque tem uma grande porção dedicada a isso, e que é algo que a cooperativa considera que quer desenvolver um projeto que é ambientalmente responsável; então essa seria uma área que a cooperativa tem interesse de preservar. E também tem uma área gravada pelo Plano Diretor como destinada a transporte coletivo, que é uma área reservada para o sistema de BRT, que é um sonho que a cidade tem há muito tempo e que até agora não saiu. Então, existe alguma argumentação aí para questionar esse gravame do BRT, que fica na esquina entre a Rua Isidoro e a Av. João de Oliveira. Também são terrenos que têm áreas de APP, e elas se encontram em três unidades de estruturação urbana, uma que é um pouco mais para dentro do bairro aqui, nessa área roxa, que tem uma ocupação, que é prevista uma ocupação de uma densidade um pouco mais baixa; e a região próxima à avenida, que tem uma densidade um pouco maior. Então, é pensado pelo Plano Diretor colocar mais moradias próximas das avenidas para aproveitar melhor as infraestruturas urbanas de transporte público, de serviços públicos, enfim. Então, aqui é um resumo de todos os gravames da Prefeitura em relação a áreas Especiais de Interesse Social, gravame de área verde e tal, e também é uma região que – é importante dizer – está cercada por Áreas Especiais de Interesse Social. Então, tem várias ocupações no entorno, que identificam que há um déficit de moradia bastante elevado na região e que um projeto como esse poderia atender essa demanda. Inclusive há duas áreas – que é da Vila Mapa e a da Carris Manchester – que já estão em processo de Reurb social pelo Município. Então, os pontos principais que a gente gostaria de destacar, assim como outros colegas falaram, que há a função social da propriedade, e é um direito previsto na Constituição o direito à moradia. A propriedade da terra não é uma coisa estanque, que só uma pessoa tem direito. Se tu tens uma propriedade de terra, tu tens que respeitar algumas questões, tem que respeitar o interesse coletivo. Se na região ou no entorno tem um déficit de moradia e aquela área não está sendo usada, ela tem dívida de

IPTU e está sendo loteada irregularmente, isso demonstra que o Estado não está cumprindo com a sua função de atender essa demanda de moradia social para aquela área e atender a função social da propriedade para aquela área.

Aqui é um resumo dos pontos apresentados, que eu acho importante destacar de novo, que é uma área que já está sendo loteada irregularmente, que os proprietários têm dívidas ativas com a Prefeitura, que têm que cumprir com a função social, é uma área que é cercada de Áreas Especiais de Interesse Social e que tem esse déficit de moradia, que seria importante de atender pelo Estado, e a cooperativa tem interesse de desenvolver o local de maneira social e ambientalmente responsável, até por isso ela nos chamou para fazer esse apoio, chamou o pessoal do jurídico também. Então, diferentemente do proprietário, esse interesse é bastante evidente da cooperativa de atender essas demandas que, além de ser um direito deles, é uma responsabilidade do Estado.

Tentei ser breve, enfim, para não tomar muito tempo. Acho que é isso.

PRESIDENTE KAREN SANTOS (PSOL): Muito obrigada pela explanação. Queria agora convidar o José Célia a se manifestar, em cima dessa situação. Sr. José, não sei muito no que o senhor pode contribuir neste momento de litígio, mas pela sua experiência, tentar nos ajudar a encaminhar essa situação. O Ver. Sgarbossa também, se quiser se manifestar, contribuir com alguma colocação no sentido de qual o melhor caminho. A gente já está elaborando aqui, mais ou menos, alguns encaminhamentos, que, no final, eu colocarei para todos. Se alguém quiser se inscrever, inscrevam-se com o Shin Nishimura. A gente pode garantir umas cinco inscrições da comunidade que veio até aqui, caso queiram se manifestar, fazer alguma colocação da situação, acho que é importante também, porque fica registrado. O Sr. José está com a palavra.

SR. JOSÉ ANTÔNIO CÉLIA: Bom dia aos vereadores presentes. Eu sou da área de cooperativismo do DEMHAB. Quero dizer que fiquei muito feliz com a experiência, se puderem inclusive me encaminhar o projeto, seria muito bom. Porque a gente aprendeu, nessa área toda, primeiro, o André está querendo

apoiar, realmente, a dignidade da vida, a dignidade da pessoa humana está ligada à moradia, à dignidade da moradia; não há nenhuma dúvida, inclusive o secretário André sempre fala muito isso. Eu digo o seguinte: a experiência nossa mostra que muitas vezes uma experiência é muito mal sucedida pelo modo como as cooperativas se organizam e trabalham. Já vi que vocês estão muito bem estruturados. Tanto a Ver.^a Karen como também o Ver. Robaina falou muito bem no aspecto de que se a gente não luta, é verdade... Por exemplo, uma forma de lutar é estar extremamente organizado com a cooperativa. Porque acontece que, na pressão, como é que foram formadas muitas cooperativas? No desespero. A gente entende. Só que, depois, as experiências muito mal sucedidas fazem com que as pessoas se desiludam do processo, se desiludam por “n” motivos de todos os lados. Pelo que eu vejo, vocês estão altamente comprometidos. Isso significa prestação de contas, organização jurídica, organização contábil. Não há como, no próprio Cejusc, seja onde for, não há como ser derrotada uma proposta dessas. Não há como. Não vejo nenhuma dificuldade na dívida, e estou falando agora por conta própria, na dívida do IPTU, porque duvidou que o prefeito Melo, e seja quem for, não vá ser sensível a negociar, esse não é o problema – não é o problema – para que vocês possam realmente se comprometer a ficarem proprietários da área. E o compromisso, é um projeto social e de respeito, a APP, como foi mostrado pelo arquiteto; o que mais a cidade precisa do que esse compromisso com a moradia digna e o relacionamento com o espaço. Eu pediria, por favor, para encaminhar, hoje mesmo vou encaminhar ao secretário André Machado tudo o que ouvi aqui, mas peço também, porque nós temos lá no departamento de cooperativismo onde são registradas as cooperativas. Então, vocês se preparem para registrar a cooperativa no DEMHAB também, mesmo que não seja de área pública, é de área privada, mas ela tem que ser bem-sucedida, e o Cejusc talvez seja o caminho, não sei. Mas o importante é a cooperativa estar se capacitando para realmente adquirir essa área – adquirir essa área – e ter o apoio de toda a comunidade. Para isso realmente tem que estar organizada, prestar contas e tal. Muitas experiências foram malsucedidas por essas desorganizações e problemas gerais que vocês sabem bem como é

que são. Eu me comprometo realmente a acolher vocês lá no DEMHAB como cooperativa, mas vou passar para a Ver.^a Karen, Ver. Robaina, Ver. Sgarbossa e aos demais a falar com André Machado a respeito disso realmente. E se o arquiteto puder me passar o projeto para que eu possa inclusive registrar e mostrar também lá para o pessoal DEMHAB, porque realmente... Agradeço muito e que vocês sejam muito bem-sucedidos.

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Obrigada, Sr. José. O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra.

VEREADOR MARCELO SGARBOSSA (sem partido): Bom dia a todos e todas, eu pedi para falar agora porque eu acho que já é um encaminhamento. A Ver.^a Karen, presidente da Comissão, estava dizendo, e o próprio Ver. Robaina lamentando a ausência do secretário; mas a sua intervenção, José, foi perfeita na minha opinião. Inclusive serve para o processo judicial, Dr. Patrick, porque a sua fala mostrou justamente uma abertura para negociação. O senhor inclusive falou que vai levar para o secretário André Machado, vai abrir um canal de negociação direto com o Executivo, melhor impossível. Isso inclusive serve para o processo judicial, independentemente do Cejusc, independentemente da mediação judicial, parece que se abre aqui uma mediação dentro da administração pública. Então, uma coisa serve para outra. A sua fala, que talvez não tinha uma grande expectativa, mas, na verdade, foi muito importante porque mostra uma disposição da Prefeitura em... Está falando aqui um vereador de oposição, mas acho que aqui há um encaminhamento concreto que serve tanto para o processo judicial como para efetivamente... E realmente quero parabenizar aqui, num dia como hoje, um dia trágico para cidade, alagada boa parte da cidade, e as pessoas realmente se mobilizaram para estar aqui. Então, estão todos de parabéns, eu diria que essa política de incentivar o cooperativismo, que tem já alguns anos, do Executivo, do ponto de vista ideal é interessante, mas não é fácil organizar uma cooperativa; não é fácil organizar uma associação, muito menos uma cooperativa. Então, eu diria aqui que essa

cooperativa está bem encaminhada, bem formulada, com apoio técnico, jurídico, contábil, mas a regra não é essa. E eu inclusive faço uma crítica que, muitas vezes, dizer para a comunidade: “Organizem-se em cooperativas”, na verdade, é uma forma do poder público quase lavar as mãos, porque é muito difícil organizar uma cooperativa. Eu vivo numa cooperativa, o Assis – somos vizinhos, fazemos parte da mesma cooperativa. Não é fácil organizar, manter em dia a parte contábil, *etc.*, *etc.* Então, digo isso, sim, dizendo que o poder público tem que apoiar a organização social, mas exigir, muitas vezes, cooperativa para a luta é quase que um obstáculo forte para a organização. Deixo esse recado. Mas parabéns, e parabéns à Comissão, ao Ver. Robaina, que trouxe a pauta aqui; parabéns, Karen.

PRESIDENTE KAREN SANTOS (PSOL): Então, galera, vamos ouvir os companheiros que se inscreveram, e, após, a gente vai para os encaminhamentos da nossa reunião. O Sr. Luis Fabiano está com a palavra.

SR. LUIS FABIANO MORAES CARVALHO: Bom dia, pessoal, todos me conhecem como Paulista, para quem não sabe, é Luis Fabiano. Bom, eu tenho um videozinho aqui para mostrar como era lá antes, não sei se todos conheciam, se já tinham passado pela frente. Ali onde nós moramos hoje em dia, o pessoal jogava lixo, diversas coisas. Eu tenho até um videozinho para mostrar para vocês, não sei se vocês conseguem ver...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. LUIS FABIANO MORAES CARVALHO: Isso, vai estar na rede social, vamos colocar na rede social também; porque, como ele estava falando de reintegração de posse, é um lugar que estava abandonado há tempos. Era só isso que eu queria mostrar, gente. Obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE KAREN SANTOS (PSOL): Obrigada, Paulista. Pablo, por gentileza.

SR. PABLO HERCULANO DA CRUZ RODRIGUES: Vereadores e vereadoras, como o Rafael já citou, antes de ser ocupada, a ocupação era uma área marginalizada, era uma área onde tinham muitos assaltos, uma área que não estava sendo usada, uma área que não gera lucro nenhum para a Prefeitura nem para o Estado, então, o pessoal ocupou. Todas as famílias são de bem aqui, graças a Deus, a grande maioria eu conheço, e a gente já não é mais uma cooperativa, a gente se tornou uma família.

Se vamos construir casas lá, vai gerar imposto, gera água, luz, tudo isso é dinheiro entrando para o governo em tempo curto. Ele já está há 10 anos sem pagar nada, não gera custo e ainda gera uma preocupação, porque tu terminas deslocando a Brigada Militar para ali, porque tem que cuidar que se torne uma área de risco. Termina tendo problema ambiental ali dentro, porque o pessoal joga lixo, joga o negócio e daí, no caso, o pessoal das casas ao redor vão dizer: “Ah, tem lixo ali, tem mato, está gerando bicho para dentro dos negócios, o proprietário não cuida.”

Hoje nós temos as 101 famílias, não é Rafael; então, a gente cuida, a gente tem o nosso sistema ambiental para manter sempre limpa a área em que nós estamos ocupando. Tem todo aquele processo, a água tem que ser correta, a luz tem que ser correta, ninguém está roubando luz, ninguém está roubando água, além de hoje, na própria parada onde eu pego o ônibus para ir para o serviço, hoje não tem risco de assalto, a polícia não precisa estar se preocupando com aquela área, porque tem um círculo maior de pessoas dentro daquela área ali.

Então, eu acredito que, para o governo, para o Estado e para a Prefeitura é bem mais viável apoiar a cooperativa do que a pessoa que nem comparece à reunião; ela está preocupada com os lucros financeiros, se está perdendo dinheiro ou se está ganhando dinheiro. Ao contrário das pessoas que estão aqui querendo uma

moradia, construindo uma família, como eu. Muitos estão aqui atrás de um espaço, de um cantinho para poder viver tranquilo.

Com todo o respeito, uma pessoa que não comparece à reunião da área que é sua, ela não está querendo nem tomar ciência do que as pessoas querem, o que importa para ela é só o dinheiro. Então, acho que essa é a minha contribuição aqui. Eu me ausentei do serviço hoje para estar aqui, estou perdendo um dia de trabalho para poder estar aqui, lutando por uma coisa que é nossa. Acho que vai dar certo se Deus quiser. Muito obrigado pela participação. (Palmas.)

PRESIDENTE KAREN SANTOS (PSOL): Obrigada, Pablo. Quem faltou ao serviço, a gente consegue um atestado, a gente sempre faz um atestado, ali no gabinete, que serve para justificar que estava numa agenda formal, aí vai de o patrão aceitar ou não, mas não estão em casa dormindo, estão aqui lutando pelo direito de vocês.

Sr. Jairo, prepara. Inscrições encerradas, na fala do Jairo, para a gente ir para os nossos encaminhamentos. Jairo, por gentileza.

SR. JAIRO DE JESUS SOEIRO: Bom dia a todos, estamos aqui, nesta manhã, todos reunidos, unidos, para dizer aos que estão na bancada nos assistindo que nós estamos engajados nesta batalha, nesta peleja, para conseguirmos a nossa casa, o nosso espaço. Quero aqui parabenizar o presidente da cooperativa pela cooperação que ele tem dado a cada um de nós, e, por último, eu quero dizer a vocês – não tem muito a dizer, porque nós já ouvimos muitas coisas boas aqui –, mas, por último, eu quero dizer a vocês que o que me chama atenção nesta cooperativa é que nós conversamos e eles dizem para mim: “Será que vai dar certo? Eu coloquei todas as minhas fichas para fazer uma casinha aqui. Será que vai dar certo?” E aqui estamos nós todos para fazermos com que... De certa forma, muitas pessoas estão desiludidas, mas a necessidade faz com que nós acreditemos nas autoridades. Muito obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE KAREN SANTOS (PSOL): Obrigada, Sr. Jairo. Por gentileza, Ezequiel. Encerraram-se as inscrições com o Acir. Só homem falou, cadê a mulherada? Por gentileza, Ezequiel.

SR. EZEQUIEL MORAIS: Bom dia, galera! Hoje é dia de vitória, pelo menos um passo, é isso aí, resistência. Queria primeiro dizer que a gente teve vários dias de muitas conversas, algumas foram até às três horas da madrugada, então não é de graça que a galera chega aqui para seguir carregando o seu sonho. Eu acho que podemos aproveitar este momento para agradecer todo o empenho desta Mesa que está aqui, da equipe do Robaina, que tem depositado confiança num processo de trabalho, e acho que isso é importante. Às vezes, a galera vai, depois vão colar junto, e a gente tem dito muito, que parceiro nosso é quem está todos os dias do nosso lado. Mas, ao mesmo tempo, quando houve a provocação ao Sr. Orel Oliveira Reis, o proprietário, dito proprietário, e a gente teve uma reunião, eu acho que é importante isso estar gravado, e aqui a representação do Município é que a nossa parte a gente fez e está fazendo. Não estamos fazendo? A gente quer ver a parte dele agora, a gente dizia que nós tínhamos palavra, e que nós íamos nos organizar, e que nós íamos cumprir nosso papel; nosso papel está feito, nós queremos ver agora o movimento dele, nós queremos ver – e eu acho que isso é extremamente importante –, e a própria juíza dá um sinal para nós quando ela recua e determina que precisa ser analisado, é porque, na realidade, tem alguma coisa errada. E é nesse fator do que tem de errado que nós precisamos acertar, e nisso o Município tem um papel fundamental. Quando a gente pega uma área, o Igor apresentou aqui, com todo aquele processo de controle ambiental, de regra ambiental, de respeito à natureza. Quando a gente vai para lá, começa sistematicamente a trabalhar e a se organizar respeitando a natureza, nós estamos dando uma resposta a esse momento político que a gente está vivendo no Estado do Rio Grande do Sul, porque o efeito que nós estamos sofrendo agora diz respeito há 20 anos atrás, há 30 anos atrás, e hoje não é à toa que a água vai passar por aquelas barricadas da Mauá em Porto Alegre. Então, nós fizemos essa conversa, nós queremos também fazer esse exercício;

e acho que a gente pode começar, sim, construindo uma parceria com a Prefeitura Municipal de Porto Alegre. A Prefeitura chamando o proprietário, responsabilizando o proprietário, porque ele tem dívida, ele tem dívida com todos nós; ele não tem dívida com o governo, ele tem dívida conosco, porque o recurso que ele coloca dentro da Prefeitura é recurso nosso, é grana nossa, é grana que falta no transporte do ônibus, na escola para os nossos filhos, é disso que a gente está falando. Isso é responsabilidade social, isso é função social, isso é a relação da coletividade, e aí o camarada que está aqui representando disse que na realidade o prefeito não teria problema de tratar essa questão, acho que é nesse sentido, é nesse espírito de a gente pegar coletivamente, pensar junto, sentar junto, ver a possibilidade do projeto, ver como é que a gente organiza recurso para, não somente garantir a terra, mas também garantir a condição de construção de moradia naquele local, e hoje a gente pode buscar ou almejar correr junto, fazer parceria para construir isso. Então, para fechar e não me alongar, que eu acho que os demais já disseram várias coisas, eu deixo esse convite para a Prefeitura de Porto Alegre, para ela também se somar à Mesa de negociação, porque estamos rumo ao caminho da justiça. Eu acho que a vereadora já disse aqui, que nós podemos fazer conversas preparatórias para estarmos prontos quando chegarmos lá.

PRESIDENTE KAREN SANTOS (PSOL): Obrigada, Ezequiel! Acir, por gentileza, e depois a gente vai para os encaminhamentos.

SR. ACIR LUÍS PALOSCHI: Bom dia, eu sou Acir, assessor do Ver. Oliboni, sou morador da Lomba do Pinheiro, conheço bem aquela área, quero parabenizar o Ver. Roberto Robaina e a Ver.^a Karen, o pessoal que está organizado lá. A gente acompanha, não no dia a dia, mas estamos sempre conversando com o pessoal que tem estado lá, então estamos acompanhando vocês e dando apoio, muitas vezes não estando lá, mas apoio de fato, político, nós queremos dizer que nós estamos juntos, Ver. Roberto e Ver.^a Karen. Primeira coisa é o seguinte: nós temos que olhar a função social da terra, e aquela terra, desde que eu moro na

Lomba do Pinheiro, está lá parada, não tem função. Uma das funções era ser o terminal da Unidade de Saúde Mapa, mas não tem mais função, porque até o terminal saiu dali, não tem mais função, a função é social, é atender as comunidades. São 101 famílias, eu queria dizer ao representante da Prefeitura que um dos maiores fundos do Município é o fundo da habitação. Por que não se usa o fundo da habitação para buscar financiamento, para resolver o problema? A outra pergunta que eu faço: eu tenho um terreno e se eu não pagar cinco anos de IPTU, o que acontece com meu terreno? A Prefeitura vai pegar, e com direito, é dívida que eu tenho, não com a Prefeitura, mas, como disse o companheiro, é uma dívida que eu tenho com os cidadãos da cidade. Então, eu queria dizer ao senhor, que está representando o prefeito Melo, que a sua representação é importante diante daquilo que tu disseste antes, que a Prefeitura está disposta a negociar. A Prefeitura tem um poder muito grande nesse caso, porque o proprietário tem uma dívida. Chama o rapaz para negociar a dívida e vamos botar na mesa. Nós queremos negociar a área. O pessoal está dizendo, não está ocupando para pegar de graça, quer negociar, quer pagar, quer morar. São 100 famílias, que nós vamos resolver o problema. Eu queria aqui, Karen, acrescentar a questão do Fundo Municipal de Habitação, se eu não me engano são R\$ 37 milhões que estão lá parados, aliás, não estão parados porque agora o secretário inventou de dar um dinheiro para financiar a casa, e, na minha opinião, vai acabar dando dinheiro para os bancos, porque o povo vai pagar uma ou duas prestações e depois não vai conseguir pagar. Então, esse fundo tem que comprar áreas para fazer moradia de interesse social e usar o governo federal, que está à disposição aí também, com bastante dinheiro, para o Minha Casa, Minha Vida, e é isso, a cooperativa pode entrar nisso, está bem? Parabéns pela luta, e nós estamos juntos. (Palmas.)

PRESIDENTE KAREN SANTOS (PSOL): O que eu peguei aqui de encaminhamento? É uma vitória a gente ter a suspensão da reintegração de posse, porque a gente ganha tempo para abrir essa negociação, tanto em âmbito de Cejusc, junto com o Ministério Público Estadual, tanto em âmbito de Prefeitura

municipal, que já pediu a documentação. Hoje a gente está fazendo esse anúncio político: existe um conflito fundiário e há interesse da comunidade, da população, para gravar aquilo para moradia, através da lei do Reurb, que é o cooperativismo. Dentro disso, a gente precisa, agora – a gente fez o anúncio político para o Município “olha, temos um problema fundiário” –, pegar toda essa documentação, advogado, organizar isso e fazer essa entrega na Prefeitura: “Olha, a área é essa, são duas matrículas, essa é a dívida.” Por quê? Para a gente não perder tempo. O secretário já me pediu: “Karen, preciso sentar com o Tesouro para ver se essa dívida existe mesmo.” Eu já acompanhei a ocupação no Rincão, lá na Mariante, que era uma ocupação de uma área que se dizia que tinha dívida, e, no final, a gente viu que não tinha dívida, não tinha dívida. Então, para mim, esse principal argumento nosso para comprometer a Prefeitura, ele tem que ser real e a Prefeitura tem que estar ciente. Então a gente tem que encaminhar essa documentação para equipe jurídica da secretaria já estudar e a gente chamar uma reunião na semana que vem, com a presença do Ministério Público: reunião com o Ministério Público, Prefeitura, na Secretaria de Habitação; e, na sequência, tentar comprometer o proprietário nesse sentido, via Cejusc, porque são dois movimentos diferentes, mas que se combinam. Cejusc por um lado, Prefeitura por outro, para ter esse compromisso político de que, sim, vamos cobrar a dívida do IPTU, desse cidadão que está devendo. Então, acho que seriam esses os encaminhamentos que eu pensei agora, juntar toda essa documentação, quem quiser atestado, também pega ali com o Shin, com a assessoria, a gente imprime rapidinho ali no mandato. Vou passar para o Ver. Roberto Robaina, que foi o proponente desta pauta, para fazer o encerramento da reunião para nós.

SR. PATRICK MAYER: Vou falar rapidinho aqui sobre as propostas da Ver.^a Karen. Eu sou advogado, trabalho junto com a Clarice na defesa da Cooperativa Terra à Vista. Primeiro, eu asseguro que a dívida existe porque eu mesmo verifiquei, fiz o levantamento de mais de 20 processos de execução fiscal, e fazem parte da área que as famílias estão ocupando, então, realmente a dívida

existe. Fiz o levantamento, também, no *site* da Prefeitura, dos imóveis, e realmente a dívida atinge esse montante de quase meio milhão, mas, sim, eu queria reforçar que existe essa parte da negociação com o proprietário, porque realmente o conflito existe, então a gente precisa negociar com o proprietário, mas tem todo um procedimento que precisa tramitar dentro da Prefeitura, que é o procedimento de regularização fundiária, e é nesse ponto que a gente precisa muito do apoio da Prefeitura. *Ok*, a gente precisa do apoio da Prefeitura para que o procedimento de regularização ande, mas eu acho que também o Igor trouxe aqui várias questões sobre o uso do imóvel no Plano Diretor, e o Ver. Roberto Robaina falou aqui, eu acho que a gente precisa encaminhar algo no sentido também de gravar aquele imóvel como área de interesse social, via Câmara de Vereadores ou mesmo via decreto do Prefeito – também é possível. Então, eu acho que esse comprometimento também seria muito importante para a cooperativa, de que... Bom, a gente vai ingressar com pedido de regularização fundiária na Prefeitura, a gente espera que a Prefeitura acolha esse pedido e dê início pelo menos até que o conflito se resolva, para que o procedimento possa prosseguir, avançar, e no final a gente conseguir regularizar finalmente, mas também, dentro desse procedimento, vai ser necessário, com certeza, modificar esse uso que hoje existe no Plano Diretor do imóvel. Então a gente precisa de um comprometimento nesse sentido também, de alteração desse uso.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Então, pessoal, além das questões que a Karen levantou, e eu estou mais otimista porque o despacho da juíza, além de suspender o despejo e tornar essa reunião de hoje à tarde um pouco duvidosa de qual é o significado dela... Mas não importa, eu acho que é lógico ir na reunião, se a reunião está marcada com a Brigada se deve ir, é mas o fato é que o despacho da juíza definiu uma negociação com um procurador, que é um procurador que respeita a lei, mas que sabe que a lei também tem muitos componentes que respeitam a dignidade humana e os princípios constitucionais – um dos princípios constitucionais é o direito à moradia. E o promotor Cláudio Ari tem essa capacidade; então, é muito importante a reunião com ele. E nós...

Bem, temos que se fazer uma pressão política para que o processo de negociação com esse proprietário pareça para ele como uma vantagem, no sentido de que ele tem uma dívida, e nós vamos expor essa dívida. Até, pelo que o Igor falou, há uma dúvida se ele não estava cometendo um ato criminoso ao fazer um parcelamento. Então, é ainda um problema maior para esse proprietário; talvez seja a explicação para o fato de esse proprietário não estar aqui hoje, nem o seu advogado, mas, talvez seja a explicação também para o despacho da juíza e para suspensão do despejo, porque a juíza deve ter visto o processo. Se no processo tem uma dívida de mais de R\$ 500 mil; além disso, apontamento acerca da dívida se ele é ou não o proprietário, e ainda se ele está loteando um terreno, do qual a gente nem sabe se ele é o proprietário, então o problema é muito maior. Nós é que estamos na ofensiva, não ele; agora, é óbvio, como vários aqui colocaram, infelizmente, no Brasil, não só no Brasil, sabemos que, em geral, quem perde é o lado mais fraco; aí, o que define o lado mais fraco ou não, a gente sabe que sempre o lado mais fraco é o povo, assim parece, mas, em alguns momentos, se o povo percebe que... Nós temos uma vantagem, que é o número. A grande vantagem que o povo tem é o número; o problema é que, quando o povo não se une, não adianta; não adianta ter número se o povo não está unido, não aparece a soma. Hoje vocês estão tendo uma demonstração de que tem unidade e tem soma; então, até queria saber quantos aqui são da ocupação – por favor, levante a mão quem é da ocupação! Essa foto aqui tem que ser tirada; vamos tirar uma foto, em primeiro lugar. É sério, porque nós precisamos tirar foto, Karen.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Tira a foto! Porque, pessoal, essa é a força que garante a vitória, essa é a força que garante a vitória! Essa é a força que garante que o lado mais fraco não seja o povo, esse é o ponto! Se a vantagem do povo é o número, quando se tem um número desses, unido, tem-se mais força. O povo não é o lado mais fraco nesse caso, ainda mais com tantos problemas desse proprietário. Então, o que eu vejo? Eu vou fazer o que o

Patrick... Eu não conhecia pessoalmente o Patrick ainda, acho que não, minha memória é meio ruim, mas acho que não conhecia, mas eu conheço a parceira dele, que é a Dra. Clarice, advogada da ocupação; eu conheço a Clarice desde janeiro de 2017, conheci a Clarice numa ocupação, eu fui lá apoiar a ocupação, Patrick, e a Clarice era advogada da ocupação; cheguei lá com o gabinete, com a Adriana, com advogado, a Clarice ficou até em dúvida se eu queria roubar os clientes dela, cheguei lá, um vereador com advogado, a Clarice ficou na dúvida: “O que é isso aqui, esse vereador chegando aí para apoiar essa ocupação?” Aí ela viu que não, ela viu que eu estava lá só para apoiar a luta, conheci a competência dela como advogada, a Clarice é, o Patrick deve ser também, senão ela não seria colega dele, mas a competência da Clarice como advogada é enorme. Então, vocês estão com uma ótima advogada; como a ação é judicial, ter uma ótima advogada faz muita diferença. E o que tem de advogado ruim, pelo amor de Deus, o que tem de advogado ruim! Vocês estão com advogada de primeira, vocês têm número, vocês estão unidos, não têm por que perder. A eleição é daqui a um ano. Eu quero ver se meter com a ocupação numa região que tem tradição de ocupação, o Acir está aí, conhece, ali tem tradição de ocupação. Numa região onde têm vários projetos, tem um projeto feito pelo Igor, que o próprio representante do governo diz que é um projeto muito competente; então não tem, temos que seguir firmes, esse é o ponto.

Eu vou apresentar, isso tem a ver com que o Patrick estava falando, a partir do meu mandato, um projeto de lei para facilitar a negociação, em que sentido? Facilitar a negociação e facilitar o apoio do governo, se o governo quiser apoiar, porque vocês sabem que o governo tem maioria na Câmara de Vereadores de Porto Alegre; o prefeito Melo tem a maioria. Eu sou líder da oposição aqui, tenho perdido muitas, também igual não quero ficar do lado dos vencedores nesse caso, prefiro ficar do lado dos derrotados nas batalhas que eu dei e perdi, mas não deixo de dar as batalhas, e em alguma se pode ganhar. E a experiência que eu tenho é que a gente ganha quando o povo está organizado, está mobilizado. Eu tive a experiência com os cobradores – queriam tirar os cobradores; o Marchezan queria tirar os cobradores; os cobradores se organizaram, vieram

para Câmara, e nós ganhamos; depois o Melo seguiu, aí até que enfim conseguiu, porque os governos também são insistentes em atacar os interesses do povo, infelizmente, mas eu tenho essa experiência aqui de que se pode vencer. Então, vou apresentar um projeto de lei para gravar essa área como uma área especial de interesse para produção habitacional; aí, se pode? Bem, fundo do governo, fundos municipais, o que facilita também porque barateia a área, barateia terra, porque eu entendo que haja essa disposição de negociar, inclusive de comprar, embora, às vezes, é preciso ter terra e moradia sem que as pessoas tenham que ficar comprando tudo, mas é preciso baratear muito essa terra. Baratear, porque, do contrário, vai ser um passeio para o proprietário. Ele fica sem pagar durante dez anos, aquela terra é utilizada de qualquer jeito, foram inclusive vendidos lotes, e, de repente, ele ganha uma fortuna de um preço de mercado. Não é assim. Essa terra tem que ser desvalorizada. Muito desvalorizada. Tem que se lutar para desvalorizar essa área para que o preço dela seja menor e se possa comprar, porque, do contrário, quem é que vai poder comprar? Se essa área ficar com preço de mercado, quem é que vai poder pagar as parcelas depois? Então, tem que baixar o valor da terra, e área de interesse especial baixa muito o valor da terra. Então, eu acho que nós temos que... eu vou fazer esse projeto e nós vamos para cima do governo, vamos para cima dos vereadores e negociar para que o Judiciário não invente de dar ordem de despejo. Vamos ficar pressionando para que eles não inventem. Agora, eu estou convencido disso. Não é uma luta fácil. Não estou dizendo que é uma luta fácil, mas eu estou dizendo que é uma luta que se pode ganhar, mas é preciso ter unidade, ter confiança, ter controle da luta. Então, não adianta entregar para o líder e dizer: “Ah, não; ô Rafael, te vira; ô Adriano, te vira”. Não é assim. Não adianta. Não tem essa de ficar com um líder só e ninguém dar bola para o processo de organização. Todo mundo tem que ficar o tempo inteiro atento. Esse é um segredo. Se todo mundo ficar atento, vai ter força, vai ter consciência, vai ter espírito coletivo. Se tu tiveres espírito coletivo numa situação como essa, tu podes vencer. Parabéns a todos que vieram aqui, todos e todas. Contem conosco e até a próxima.

PRESIDENTE KAREN SANTOS (PSOL): A liderança da cooperativa pediu para fazer uma manifestação. Queria dizer que estão aqui os atestados da Soli Rosane; da Mari, minha irmã de santo; Thalía; Gabriele; Diogo; Mateus, quem pediu atestado. Então, quem não conseguiu ainda, entra em contato com a assessoria que a gente vai ali imprimir rapidinho.

SR. RAFAEL CUTI CABRAL: Bom, pessoal, primeiramente, agradecer o Ver. Robaina, a Ver.^a Karen, os demais que aqui estão e a todos vocês, e lembrar que, quando o Luiz Fabiano falou, realmente aquele local era cheio de lixo. Nós tiramos muito lixo dali. Quando nós entramos, tinha montanhas e montanhas de lixo e a gente começou a limpar. A primeira coisa foi começar a limpar aquele local e – como o Pablo também lembrou, muito bem lembrado – aquilo dali era um local em que os usuários de droga se infiltravam, ficavam usando droga e também fugiam para aquele local para talvez esconder alguma coisa. Para a gente, às vezes, são coisas que realmente... Hoje, nós estamos ali, estão morando famílias. Nós cercamos, nós arrumamos, nós estamos dando vida. Já tem outro ambiente ali de famílias, e a gente vê dessa forma que aconteceu também fatos de que a Ver.^a lembrou. Foi um senhor que tem lá. Nós estamos em duas matrículas, o Seu Reis diz que tem mais três matrículas e tem um senhor que mora lá em sistema de escravidão. Muitas vezes, pessoal, a gente deu alimento para ele, demos comida para ele. A gente fazia ali café da manhã, comida. Um senhor de idade – que está morando dentro das outras três matrículas do S. Reis – está morando em um sistema análogo à escravidão. Ele tem vídeos gravados. Isso que a gente está falando aqui não estamos só falando, nós temos prova de que ele não recebe salário, não recebe salário, não recebe comida, não recebe nada. Ele está sendo escravizado. Não tem luz. Não tem luz, nem água. É um senhor que está morando em uma situação triste, triste. Todos aqui sabem. E vejam, é uma coisa que, às vezes, nós, seres humanos, olhamos aquilo dali. É triste de ver o homem com fome. Ele muitas vezes chegou com fome, e a gente deu a ele o que comer. Não só eu, mas todos que estão aqui estavam dividindo. Então, a gente vê uma situação dessas de um senhor,

Seu Reis, e mais os amigos dele, querer que nós os retiremos de lá, daquela área, assim, de qualquer jeito. Não é assim. Nós estamos aqui para realmente mostrar que, sim, nós temos coração; nós queremos, sim, ajudar as outras pessoas; e nós, as famílias que lá estão morando, queremos mostrar, Robaina, que, com a união de todos vocês, nós vamos conseguir, sim, essa vitória. Muito obrigado a todos.

PRESIDENTE KAREN SANTOS (PSOL): Então, pessoal, só agradecer a presença de vocês. Esse caso específico, a gente vai levá-lo à delegacia de crimes de racismo e intolerância religiosa. Tem uma DP especializada nesse tipo de situação. A gente vai lá, faz um depoimento e deixa na mão da Civil seguir os encaminhamentos e a investigação. Agradecer a presença de vocês. Quem pediu o atestado pega o atestado aqui na mesa. Vamos seguir debatendo. Sim, semana que vem já temos uma nova reunião. A gente informa, e vamos construindo essa resistência juntos. Beleza? Beijo grande. Nada mais havendo a tratar, encerro os trabalhos da presente reunião.

(Encerra-se a reunião às 12h01min.)